

## IMPLANTAÇÃO DO MÉTODO DE ENSINO JESUÍTA NO BRASILCOLONIAL: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO SÓCIO RELIGIOSO

Marcele Silva<sup>1</sup>  
Genivalda Cândido<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente estudo pretende analisar o contexto de implantação do método de ensino jesuíta no Brasil. Para tal fim, fez-se necessário compreender historicamente o papel das ordens religiosas na América Latina e no Brasil, durante o período colonial, com a finalidade de iniciar a investigação dos métodos de ensino da Companhia de Jesus – por ser ela a responsável oficial pela educação da época. Teoricamente foram utilizadas conclusões das pesquisas de González e González (2010) e Manacorda (1995), além de outros teóricos que apresentam e reforçam a influência dos movimentos europeus paralelos à Reforma Protestante, Revolução Francesa, Liberalismo e Iluminismo – buscando evidenciar o motivo da elaboração do documento denominado de Plano de Estudos da Companhia de Jesus (Ordem Jesuíta) - o *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*, assim como, a inserção na cultura brasileira e sua ruptura durante o governo de Marques de Pombal.

**Palavras-chave:** Educação brasileira. Período Colonial. Ensino Jesuíta.

### EDUCAÇÃO NO BRASIL, APONTAMENTOS

Quando se pensa em Educação no Brasil as ideias se perpassam e certamente recaem sobre a qualidade de ensino. Sobretudo quando as exigências do mundo contemporâneo desafiam o sujeito a estar inteirado das diversas modificações tecnológicas e do veloz desenvolvimento do conhecimento. Ainda que indicadores apontem a Educação como uma das fontes mais importantes no combate a exclusão social, é possível, se perceber as dificuldades sócio governamentais em tratá-la como prioridade. Mas de onde surgiu tal dificuldade? Esse é o questionamento que introduz e perpassa toda a problemática dessa pesquisa.

O tópico 1 oferece respostas a partir do princípio histórico de formação da sociedade brasileira apresentando uma compreensão sobre as ordens religiosas

---

<sup>1</sup>Graduanda no curso de Psicologia UFBA. Faz parte do Grupo de Estudos sobre Cibermuseus e Núcleo de Pesquisas dos Ex-votos - GREC/NPE, sob orientação do PhD. José Cláudio Alves de Oliveira. E-mail. marcele.ns@hotmail.com

<sup>2</sup>Museóloga e Mestre em Museologia pela Universidade da Bahia. Pesquisadora na área de Educação Patrimonial, Contemporaneidade, Memória, Museologia e Folkcomunicação. Parecerista no INTERCOM NACIONAL e Regionais. Tutora no GREC - Grupo de Estudos sobre os Cibermuseus e NPE - Núcleo de Pesquisas dos Ex-votos. E-mail. v.bridacandido@gmail.com

predominantes no país no período colonial a fim de iniciar a investigação dos métodos de ensino implantado através de uma dessas ordens: jesuíta – por ser ela a responsável oficial pela educação da época.

O tópico 2 traz o panorama geral educacional de acordo com o período de implantação do método de ensino no Brasil. Após tomar como ponto de partida a influência dos movimentos europeus paralelos – Reforma Protestante, Revolução Francesa, Liberalismo e Iluminismo – evidenciando, no tópico 3, o motivo da elaboração do documento denominado de Plano de Estudos da Companhia de Jesus (Ordem Jesuíta) - o *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, ou simplesmente *Ratio Studiorum*<sup>3</sup>, e sua implantação como didática educacional brasileira.

As considerações finais retomam o argumento inicial de que a análise do sistema educacional se apresenta como uma possibilidade para compreensão dos processos de construção do país.

## **OS PAIS DA EDUCAÇÃO SULAMERICANA: COMPREENDENDO AS ORDENS RELIGIOSAS**

Na reconstrução histórica latinoamericana, em especial no Brasil, é prescindível compreender a influência dos frades na questão da educação. Basicamente, os que vieram para América Latina pertenciam a três ordens religiosas: franciscana<sup>4</sup>, agostiniana<sup>5</sup> e jesuíta<sup>6</sup>. Essa última se apresenta no Brasil como indicada do rei de

---

<sup>3</sup>*Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, ou simplesmente *Ratio Studiorum* - documento elaborado para regulamentar os procedimentos educacionais da Companhia de Jesus de acordo com as concepções educacionais de Inácio de Loyola fundador da Ordem. Recomendado pela igreja católica romana desde o Concílio de Trento, no Brasil esse modelo funcionou durante 210 anos (1549 a 1759) quando por uma estratégia política envolvendo controle de poder e, sobretudo interesses financeiros, e também incitados pelo descontentamento das outras ordens, ocasionou numa expulsão dos jesuítas das terras de domínio português pelo então Ministro “rei” das Relações Exteriores e de Estado, Marques de Pombal.

<sup>4</sup>Ordem Franciscana - baseada na regra de São Francisco de Assis exigindo pureza, humildade e simplicidade - ordem medicante com ênfase principal na oração e pregação, sendo que alguns dos frades deste grupo tinham aversão a atividades intelectuais.

<sup>5</sup>Ordem de Santo Agostinho – as referências à Ordem tratada nesta análise se baseia nas conclusões de González e González (2010) que diz ser os frades no contexto latinoamericano dedicados com afinco a questão missionária e diferencia-se dos franciscanos no esforço em compreender as línguas nativas.

<sup>6</sup> Para González e González (2010) os jesuítas, no Brasil, apresentam-se como indicados do rei de Portugal por consequência do voto de obediência ao papa. Promovendo vantagem em relação às outras ordens. Além disso, se fizeram fundamentais na proteção dos índios.

Portugale prioriza locais sem a presença de outras ordens se estabelecendo primeiramente no nordeste brasileiro - propriamente na Bahia - e executando a maior parte das suas atividades em regiões de fronteira da América do Sul. Padre Antônio Vieira foi um dos mais ilustres representantes da Companhia de Jesus no Novo Mundo.

A respeito da Educação González e González (2010) referencia a preocupação das ordens em providenciar o ensino no próprio continente. Tendo como a finalidade a instrução dos filhos nativos dos nobres convertidos a moldes europeus, servindo ainda como mediação entre as duas culturas. Enquanto os jesuítas, visto que chegaram muito depois das outras ordens que já ofereciam ensino primário, preferiram fundar instituições de nível superior que eram voltadas aos filhos dos nobres colonizadores e para formação sacerdotal. Assim, foram as ordens religiosas responsáveis por fundar as primeiras escolas e seminários em terras brasileiras.

Certamente um dos papéis da igreja colonial dizia respeito ao controle social que exercia, e a educação compreendia uma das formas mais precisas de desempenho desta função, pois a mesma era responsável em regulamentar a forma e conteúdo lecionado nas instituições do Novo Mundo. Tanto que, em 1576 quando Felipe II, rei da Espanha, promulga um decreto real dizendo que os professores deveriam ser licenciados conforme a exigência real, e o arcebispo no México fazem vigoraressa medida a partir de 1600 com a promulgação da lei. Foi então que os docentes, em sua maior parte clérigos, de literatura, escrita, matemática e doutrina cristã passavam por um exame a fim de que qualificassem ao ensino que em sua maior parte incluía componentes religiosos como bem observou González e González (2010)

Entre as muitas áreas trabalhadas no decreto estava a educação cristã, que era parte do currículo escolar. Especificamente no período da manhã os alunos deveriam aprender os ensinamentos da igreja (As tardes eram dedicadas às tabelas matemáticas). Em um número não especificado de dias os alunos deveriam ajudar na missa, e aos menos uma vez por semana eles seriam testados no seu conhecimento da doutrina cristã. (GONZÁLEZ e GONZÁLEZ, 2010, p. 125).

Em 1680 o bispo de Cuba vai além e decreta que aos domingos, e em mais outro dia da semana, os professores deveriam levar seus pupilos para testar seus conhecimentos por um sacerdote paroquial correndo o risco de ser penalizado caso negligenciasse as instruções, de acordo com o autor;

Se um professor deixasse de instruir seus alunos ou leva-los à igreja, o professor podia ser multado ou ter sua licença revogada, a critério do sacerdote da paróquia. Além disso, o bispo ordenou que todos que ensinassem doutrina cristã às crianças fossem eles mesmos testados nos seus conhecimentos da doutrina da igreja, das orações e dos principais mistérios da fé católica. (2010, p.125).

Todas essas preocupações não ficaram somente na fase inicial de formação do indivíduo – a infância – mas a igreja também encontrou modos de se fazer presente na vida dos adultos, indo muito além dos ritos e encontros que ele poderia ter na paróquia – foi nas Universidades que as ordens religiosas pretenderam por fim nos perigos que rodeavam os filhos da descendência espanhola (incluindo os ‘novos convertidos’) em desrespeito aos constantes conflitos da colonização sul-americana.

Assim em 1551, Felipe II assina um decreto oficializando a fundação da primeira instituição de ensino superior na Cidade do México, e posteriormente também em Lima. Instituição estas que já funcionavam como seminário treinando sacerdotes para serviço nas Índias Ocidentais. Deixando claro o propósito de fazer da escola “um lugar em que os filhos dos espanhóis pudessem ser instruídos nos assuntos da fé católica, junto com a teologia, direito e medicina.” (González e González, 2010, p. 129). Argumento semelhante será utilizado na fundação do Colegio do Salvador da Bahia (Colégio dos Jesuítas), em 1553. Mesmo que no período não houvesse reconhecimento da coroa portuguesa, segundo Bello (2001), a instituição é considerada a primeira Universidade brasileira e desde o século 17 formava sacerdotes nos cursos de Teologia e Ciências Sagradas. Os jesuítas também fundaram em Lima, 1582, e em Havana, 1656, colégios com o mesmo intuito. Como bem observa González e González (2010) a função das escolas era criar e reforçar as estruturas de poder estabelecidas.

À parte de qualquer integridade moral que as universidades tinham instilado em seus estudantes, as escolas tanto criaram quanto reforçaram a ordem social dominante nas colônias. Ao limitar o corpo discente aos homens brancos e membros de elite, estas instituições educacionais ajudam a preservar as estruturas de poder dominantes não somente na igreja, mas também na democracia governamental e nas profissões para as quais treinavam muitos dos seus estudantes. (GONZÁLEZ e GONZÁLEZ 2010, p.130).

Em suma, a criação das escolas e universidades no período colonial tinha intuito primário de reforçarem a ordem social como estratégia eficaz do controle que a coroa

temia perder conforme os colonos iam se articulando, ora com ajuda da própria igreja (através de alguns sacerdotes), ora contra os ensinamentos por ela ensinados. Compreender esse contexto histórico, político e religioso é de relevante importância na construção analítica da educação brasileira.

## **EDUCAÇÃO NO BRASIL: PANORAMA GERAL DO CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO**

Se as questões que envolvem a educação em toda América Latina é conflituosa envolvendo decisões dos países dominantes no período colonial. Certamente no Brasil envolve fatos que marcaram profundamente o desenrolar desta problemática. Fato esse, muitas vezes de difícil observação, mas que podem servir como indicadores do diagnóstico aqui proposto.

Talvez, seja mais claro compreender hoje que ao iniciar o processo de colonização no Brasil os portugueses encontraram povos que aqui estavam e possuíam seus métodos educacionais e sua forma de vida. Acredita-se que os ensinamentos eram passados oralmente pelos mais experientes e no convívio diário da comunidade. Marinho (2014) sugere que “As crianças nativas aprendiam, com os adultos a língua, a cultura, a caça e a pesca.” (MARINHO, 2014, p. 25). Enquanto Carneiro da Cunha (2012) acrescenta que apesar da compreensão sobre a forma de vida e métodos educacionais dos índios brasileiros, a extensão do que se sabe hoje sobre a história indígena é muito pouca, pois as fontes sobre essa população são escassas e problemáticas. O que se sabe, diz ela, é que “está mais clara, pelo menos é a extensão do que não se sabe.” (CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p. 11).

De fato, quando os jesuítas chegaram ao Brasil, em 1548, a companhia sabia exatamente qual a sua função nas novas terras: educar a população indígena local a moldes europeus, ou seja, convertê-las a fé católica, a obediência a Coroa, a língua, costumes, comércio, etc. O que na época também ocasionaria no controle da brutal exploração da mão-de-obra escrava dos índios para América espanhola<sup>7</sup>. González e González (2010) concluem que a estruturação singular brasileira influenciou sobremaneira na relação da Companhia de Jesus com os nativos de forma que nenhuma

---

<sup>7</sup> Por viverem em território fronteiro de conflitos entre Portugal e Espanha as obras analisadas, tanto González e González (2010) quanto Carneiro da Cunha (2012), sinalizam a organização das Missões jesuítas também como estratégia de proteção dos índios brasileiros da exploração desenfreada espanhola.

outra ordem ou instituição pode superar as marcas por eles deixadas nas jurisdições de suas responsabilidades. Talvez, o fato de na época, a Companhia “oferecer educação livre para todas as crianças, coisa que não acontecia na grande maioria dos países europeus.” (MARINHO, 2014, p. 26), fizeram com que a ordem tivesse papel de relevância, pois tamanha era a influência dos frades em relação a negligência portuguesa.

O Brasil seguiu um padrão inteiramente próprio, tanto em termos de como se estruturou – administrativamente, política, religiosa e economicamente – quanto de como obteve sua independência. O relacionamento entre Coroa portuguesa e a colônia raramente esteve tão bem articulada quanto o relacionamento entre a Espanha e suas respectivas colônias nas Américas. Assim, durante a maior parte do período colonial o relacionamento entre o Brasil, a igreja e a coroa tendeu a ser um relacionamento de negligência benigna. (GONZÁLEZ e GONZÁLEZ, 2010, p.162).

Assim, ao desembarcar no Brasil os frades jesuítas iniciam sua estratégia de controle populacional através da educação. Aldeando os indígenas, ensinando os costumes, a religiosidade, a moralidade, de certa forma promovendo proteção fronteiriça (Missões) – dos abusos dos caçadores escravistas - e servindo também como terras para agroextração.

## **EDUCAÇÃO JESUÍTA: MÉTODO DE ENSINO E FORMA DE ATUAÇÃO NO BRASIL**

A Companhia de Jesus surge após a Reforma Protestante europeia e segundo Manacorda (1995) torna-se “o exemplo mais bem-sucedido de novas escolas para leigos” (MANACORDA, 1995, p. 202). Recomendada pelo Concílio de Trento (1545-1564) no Movimento de Contra Reforma da Igreja Católica, a Ordem dos Jesuítas tornou-se grande aliada da Igreja em seus empreendimentos contra o protestantismo, sobretudo na América Latina.

Antes mesmo da Reforma ou de Lutero os movimentos populares europeus já reivindicavam a leitura e interpretação pessoal da Bíblia sem que fosse necessária mediação do Clero. Manacorda diz que:

Na Inglaterra, Jonh Wycliffe (1320-1384) auspiciara que cada um se tornasse um teólogo, e na Boêmia, Jan Hus (1374-1415) dera uma

contribuição concreta à instrução, codificando a ortografia tcheca e redigindo um silabário, em que as frases do conteúdo religioso eram apresentadas em ordem alfabética (ABC de Hus). (MANACORDA, 1995, p. 194).

Manacorda (1995) observa que a boa qualidade na instrução é “uma característica comum aos povos que se rebelaram contra a Igreja de Roma”, pois, “Justamente deles surgirá, e não dos países católicos, não obstante o forte empenho de novas Ordens Religiosas, a iniciativa mais avançada de novos modelos de instrução popular e moderna.” (Ibdem, 1995, p. 194). O autor deixa claro que nas reivindicações da época era comum que uma das exigências incluísse a instrução popular e gratuita. Assim em 1501, Jacob Wimpfeling “propunha aos governantes da cidade de Strasburgo um projeto de ginásio para a cidade...” (Ibdem, 1995, p. 196) que foi posto em prática em 1538, por Johan Sturm, humanista reformado, amigo de Melanchton e Lutero. Manacorda cita ainda que enquanto na Suíça Ulrich Zwinglio publica em 1523 seu “Livreto para a instrução e educação cristã das crianças...”, Lutero, na Alemanha, foi “quem deu impulso prático e força política à programação de um novo sistema escolar, voltado também à instrução de meninos destinados não a continuação dos estudos, mas ao trabalho.” Como afirma Manacorda em 1995 (p. 196). Na carta de Lutero (1524), segundo o autor, há um manifesto de bastante relevância para história da educação escolar. O projeto dessa nova escola proposta é inovador:

Em três anos realize um programa educativo equivalente àquele que normalmente exigia uma vida inteira, baseia-se em uma crítica cruel à escola tradicional, fabricante de gente cretina; e a atitude humanística aparece na evocação da escola antiga. Mas o acento é colocado especialmente na utilidade social da instrução, destinada a formar homens capazes para governar o Estado e mulheres capazes para dirigir a casa, segundo uma divisão do trabalho entre os sexos, divisão que embora não revolucionária, pelo menos é realista. Através desse programa, Lutero dirige-se não somente aos políticos como também aos pais, para que além de preparar os filhos para o trabalho nas empresas familiares, os mandem à escola. (1995, p. 194).

Embora as concepções da época chegassem até mesmo a desprezar a produção intelectual, por se tratar de um período onde o trabalho manual era a garantia da subsistência familiar e social das classes menos abastardas e, sobretudo dos comerciantes que já contava em grande número, os esforços dos ideais reformadores



deram início a importantes mudanças políticas na educação, tanto que ao falar sobre a Reforma Protestante Manacorda conclui que:

Novos conteúdos da instrução, especialmente o valor do conhecimento da história civil e política, que Melanchton associa à batalha do humanismo para uma pedagogia serena e humana, talvez o espírito mais genuíno da Reforma no plano político. (1995, p. 194).

Após os intentos dos movimentos populares europeus e das contribuições dos pensadores reformistas os resultados, além da ampla Reforma Protestante, se deu, segundo Manacorda, na importância histórica de tomada de consciência do valor laico, estatal da instrução como fundamento do próprio Estado e não mais como algo reservado ao clérigo.

As observações citadas aqui sobre os movimentos reformistas europeu formam, historicamente, o cenário que resulta na Reforma Protestante e consequentemente na Contra – Reforma católica. Convém ressaltar, que o motivo dessa separação entre católicos e protestantes, ainda que incluíssem exigências na educação popular, não deve ser entendido como único fator de tal dessavença. Havia diversas questões que não serão aqui abordadas por não ser essa a pretensão da análise proposta. Ainda assim, é importante atentar-se ao motivo que fez com que a igreja de Roma tomasse medidas que reprimissem a iniciativa educativa dos países reformadores a fim de limitar seus avanços nas áreas de sua jurisdição conforme citação do autor:

Quanto às escolas, após terem condenado em outros documentos as iniciativas dos reformados, o Concílio de Trento providenciou a reorganização das escolas católicas, evocando explicitamente as atíngas tradições. Reorganizou as escolas das igrejas metropolitanas (catedrais) e aquelas mais pobres, dos mosteiros e conventos, regulamentou o ensino da gramática, das Sagradas Escrituras e da teologia, e introduziu o estudo da teologia também nos ginásios, submetendo tudo ao controle do bispo. (Sessio V, Decretum de Reformatione in História da Educação da Antiguidade aos nossos dias. MANACORDA, 1995, p. 202).

No intento de resguardar seu poderio e manter em ordem a autoridade alcançada é que a igreja recomenda a escola dos jesuítas para formação do clero e dos leigos. Além dessa recomendação a Ordem também dedicou-se a formação das classes dirigentes da sociedade. Seu prestígio, enquanto organização religiosa, está altamente



ligado ao êxito do *Ratio Studiorum* que surge por volta de 1586 afim de regulamentar todo sistema educacional católico através do método jesuítico de ensino.

No fim do século (1586-99) apareceu o *Ratio studiorum*, que regulamentou rigorosamente todo o sistema escolástico jesuítico: a organização em classes, os horários, os programas e a disciplina. Eram previstos seis anos de *studia inferiora*, divididos em cinco cursos (três de gramática, um de humanidades ou poesia, um de retórica); um triênio de *studia superiora* de filosofia (lógica, física, ética), um ano de metafísica, matemática superior, psicologia e fisiologia. Após um *repetitio generalis* e um período de prática de magistério, passava-se ao estudo da teologia que durava quatro anos. Esta era a formação jesuítica. A disciplina exigia que se obedecesse *perinde ac cadaver*; o conteúdo de ensino herdado do humanismo foi cuidadosamente modificado, para ser utilizado a serviço do objetivo religioso. (Idem, 1995, p. 202).

Assim, conforme chegada à ordem jesuítica (1549) a educação indígena foi interrompida e, os frades utilizavam seus métodos pedagógicos baseados no *Ratio Studiorum*. González e González (2010) citam que os jesuítas, assim como os dominicanos e agostinianos “ficaram perplexos com a falta de instrução religiosa que precedia o batismo ministrado pelos franciscanos.” (GONZÁLEZ e GONZÁLEZ, 2010, p. 82).

Por motivo do padrão próprio de relacionamento entre o Brasil e a Coroa portuguesa durante o período colonial, e da forma que se deu a desvinculação com a metrópole, González e González (2010) sugerem uma difícil identificação da mudança do papel da igreja e os limites da vida religiosa no final do século 18. Ainda assim, é possível constatar o desencadeamento da Revolução Francesa e o surgimento do liberalismo modificando o andamento do relacionamento entre igreja e estado na Europa e conseqüentemente nos países latinoamericanos. Foi justamente nesse século que reformadores iluministas alcançaram seu apogeu e o rei da Espanha, Carlos III, encontrou justificativa para seus empreendimentos regalista. De acordo com González e González (2010)

Os reformadores do século XVIII na Espanha tendiam a considerar as ideais novas de um ponto de vista pragmático: O que aumentaria a renda da coroa? O que tornaria o governo mais eficiente? O que fortaleceria o Estado? Com frequência, a resposta era controlar a igreja. (Idem, 2010, p.169).

O Brasil só sentiu essas mudanças no argumento do Marquês de Pombal e com suas reformas que começaram em 1750 e de “forma bem-parecida com os pares na Espanha, o Marquês buscou maneiras de ampliar o poder do Estado, especialmente na pessoa do rei.” (Ibdem, 2010, p. 173). Após reformas em diversas áreas, sobretudo econômica e no exército, seu foco volta-se a igreja onde segundo González e González (2010) Pombal mantinha uma hostilidade peculiar pelos jesuítas. O mesmo denunciou a ordem no Brasil por participação em contrabando, de manutenções espiões estrangeiros disfarçado de sacerdotes e até mesmo de incitar agitação política em Portugal.

Em 1758 ele acusou os jesuítas de *lèse majesté* (lesa-majestade) depois de um atentado mal sucedido a vida do rei José. Em 1759 Pombal tinha obtido um decreto real que expulsava os jesuítas de todos os domínios de Portugal. Os bens da ordem foram confiscados, inclusive as escolas que eles trabalhavam. (Ibdem, 2010, p.173).

As questões políticas envolvidas no Tratado de Madri<sup>8</sup> (1750) acentuaram ainda mais os impasses entre alguns membros da Companhia de Jesus e o governo espanhol, pois a ordem de remanejamento de suas missões das terras que agora pertenciam Portugal abrigava as terras mais importantes e produtivamente econômicas. Além de ter 30 mil índios guaranis sob sua supervisão. Por isso, historiadores acrescentam que “esse tratado poderia não ter causado dificuldade alguma para os jesuítas, não fosse o fato as terras na fronteira com o Brasil abrigavam sete das 30 missões entre os guaranis supervisionadas pela Companhia de Jesus.” (Ibdem, 2010, p. 176). O que deixa nítido o principal interesse da Coroa espanhola e consequentemente portuguesa ao buscar extinguir a Companhia de Jesus. O pesquisador ainda acrescenta que “as 30 missões sob o controle dos jesuítas geravam quase um milhão de dólares por ano... Os jesuítas foram acusados de criar um Estado [teocrático] dentro de um outro Estado.”. (Ibdem, 2010, p. 176).

Certamente, se existia algo de estruturado na educação brasileira, no sentido de método educacional, com a expulsão dos jesuítas seguiu-se um verdadeiro caos. Gonzalez ainda acrescenta que “houve pouquíssimos – se é que houve – que não

---

<sup>8</sup> González e González (2010) abordam os termos desse tratado dizia que Portugal deveria abrir mão das partes das terras que dominava ao longo do Rio Prata enquanto a Espanha deixaria duas extensões de terra que fazia fronteira com o Brasil. Justamente onde se encontrava 30 missões entre os guaranis sob supervisão dos jesuítas.

sentiram as consequências da perda da companhia de Jesus.” (Ibdem, 2010, p.161).  
Marinho (2014) compartilha da mesma conclusão ao dizer que:

Quando termina o conflito entre o poder político-econômico do Marques de Pombal e o poder intelectual e religioso dos Jesuítas, o que fica é um Brasil com uma Educação multilada e sem condições de competir com o nível de educação dado pelos jesuítas. (MARINHO, 2014, p. 22)

A partir de então, se inicia um processo de “efeito gangorra”, ou seja, os altos e baixos da Educação brasileira, devida as suas constantes rupturas. Porém, as concepções educacionais protestantes, tão temidas e evitadas pelo clero, chegam ao Brasil, após declarada Independência (1822). No entanto, de forma diferente da Companhia de Jesus são elas convidadas pelo Estado em uma manobra de governos liberais buscando a modernização do país e a neutralização do poder centralizador da igreja católica.

No período pombalino, sem educadores que pudessem prosseguir o método didático implantado pela Companhia de Jesus, somente a estrutura física das suas instituições de ensino não possibilitou a reestruturação escolar. A situação teve significativa mudança com a vinda da família real ao Brasil. Porque na preparação do ambiente para sua estadia em terras brasileiras D. João VI providenciou a abertura de Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e, sobretudo a Imprensa Régia. Significativos passos de organização culturalmente europeia, mas sem ênfase em estabelecer instituições de ensino no país; pois, os filhos da nobreza obtinham instruções elementares de modo particular e viajavam às melhores instituições europeias para obter ensino superior.

De fato, se os movimentos que culminaram na Reforma Protestante ocasionaram em uma Contra – Reforma da igreja católica que buscou restringir esses avanços, sobretudo através educação de responsabilidade da Companhia de Jesus – expulsos mais tarde de toda Europa e no Brasil pelo Marques de Pombal – Surge aqui uma divergência de valores que apesar de não proposta por esta pesquisa evidencia e reforça o lugar secundário que o ensino escola se institui em sua base de implantação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise pautada no princípio histórico de formação da sociedade brasileira através da investigação do contexto sócio-religioso de implantação do método de ensino da Companhia de Jesus: *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*, levantou questionamentos sobre os reais interesses dos sistemas de governo referente a Educação. A princípio a Igreja de Roma ligada a Coroa portuguesa buscava resguardar as terras de seu domínio da influência da Reforma Protestante e contaram com os frades jesuítas para esse fim. No entanto, com a mudança no cenário político a educação recebe a finalidade de preservar o controle social. O que se torna um conflito de interesses onde a própria ordem jesuíta passa a ser considerada uma ameaça ao Estado que resulta em sua expulsão de toda a Europa e também do Brasil. Assim, após 210 anos de atuação nas regiões de fronteiras brasileiras, na defesa da causa indígena, na agariação de lucros em suas terras e, sobretudo na educação por ela implantada. Somente no governo imperial novamente é permitida uma iniciativa de organização da educação brasileira através do acesso de imigrantes, e entre eles protestantes, assegurados pela liberdade de culto decretada pelo imperador D. Pedro II.

A compreensão da problemática histórica que perpassa a educação brasileira se apresenta como uma chave para a abertura de um diálogo acerca do tema. Pois, a análise e entendimento acerca do assunto possibilitou posteriormente que movimentos de igrejas confessionais e/ou em contextos isolados no Brasil pudessem oferecer um trabalho de qualidade no ensino que abrangia as diferenças pessoais, espaciais e socioculturais dos indivíduos a elas relacionadas.

Muitos estudiosos do tema afirmam que se não ha motivação, nem convicção e muito menos a identificação com o espaço de aprendizagem torna-se difícil criar uma significativa relevância em conceber educação como ferramenta eficaz na propulsão de mudança de vida, no âmbito econômico social e de inclusão de indivíduos como cidadãos de uma nação. Portanto, o compromisso na area educacional está relacionado a proporcionar ensinoss úteis ao cotidiano de vida visando contribuir com o desenvolvimento pessoal e profissional que nesse tempo se apresenta através da Educação.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W, HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

BELLO, J. L. de P. Educação no Brasil: a história das rupturas. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 26 de Set. de 2015.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Índios no Brasil: História, Direitos e Cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012. 158 p.

DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

BOLOGNESI, L. BODANZKI, Laís. Série de Documentários **Educação. Doc**. Disponível em: <http://glo.bo/1kA2Rt1>. Acesso em 23 de Out. de 2015.

FREYRE, G. **Casa-grande e Senzala**: formação da família brasileira sobre o regime de economia patriarcal. 51 ed. São Paulo: Globo Editora, 2006.

GALEANO, E. **As Veias abertas da America Latina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 307p.

GONZÁLEZ, O; GONZALÉZ, J. L. **Cristianismo na América Latina**: Uma História. São Paulo: Editora Vida Nova, 2010.

MANACORDA, M. A. **História da Educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 4ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MARINHO, N.P. KLEIN, P (orientador). **A Educação para o diálogo inter-religioso na escola pública brasileira**: uma aliada à cultura da paz. Mestrado em Teologia. Escola Superior de Teologia. Programa de Pós – Graduação. São Leopoldo, 2014.

VATTIMO, G.; GIRARD, R. **Cristianismo e relativismo**: verdade ou fé frágil? São Paulo: Santuário, 2010.